

ANO 2005



PLANO DE CONTINGÊNCIA DA SAÚDE AO ENFRENTAMENTO EM SITUAÇÕES DE DESASTRES NATURAIS

DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE
SAÚDE



PREFEITURA MUNICIPAL DE
DORES DO RIO PRETO

Thiago Lopes Pessotti

Prefeito Municipal

Natália Vilas Boas de Oliveira

Secretária Municipal de Saúde

Colaboradores:

Graziano Moreira Ornelas

Izabella Zini Teixeira

SUMÁRIO

1. Apresentação	1
2. Objetivos	1
2.1. Gerais	1
2.2. Específicos	2
3. Caracterização do Município	2
3.1. Identificação do Risco	3
4. Resumo dos Estágios Operacionais	4
5. Atenção Primária em Saúde	5
6. Vigilância Sanitária	6
7. Vigilância Epidemiológica	7
8. Vigilância Ambiental	8
9. Vigilância em Saúde do Trabalhador	10
10. Assistência Farmacêutica	11
12. Gestão de Riscos	13
13. Assistência Social	14
14. Saúde Mental	16
15. Transporte sanitário	17
16. Participação da Sociedade Civil	18
ANEXOS	19
Referências Técnicas	19
Outros Departamentos Envolvidos	20

1. Apresentação

O Plano de Contingência da Saúde ao Enfrentamento em Situações de Desastres Naturais foi desenvolvido para descrever Atribuições, Responsabilidades e ações do Setor Saúde para Redução de Riscos, Resposta e Recuperação de danos resultantes desses desastres. Está em consonância com o Plano de Contingência da Secretaria Executiva de Proteção e Defesa Civil e dos preceitos dos Planos de Contingência da área de Saúde para Resposta a Emergência por Desastres.

As ações norteiam a estruturação e habilitação para a gestão dos desastres naturais no setor saúde; essas ações visam garantir que os sistemas, procedimentos e recursos físicos, humanos, financeiros e tecnológicos estejam preparados para proporcionar uma assistência rápida e efetiva às vítimas de desastres naturais, facilitando assim, as medidas de socorro e o restabelecimento da infraestrutura dos serviços relacionados com a saúde e o bem-estar da população.

Este documento foi elaborado diante da necessidade de organização dos setores internos do município de Dorés do Rio Preto – ES para as ações de promoção, vigilância e assistência à saúde perante a possibilidade de ocorrência de inundações no presente município, visando uma atuação mais eficaz no sentido de evitar danos presumíveis e redução do risco de doenças e agravos decorrentes da exposição das pessoas no desastre relacionado a inundações.

O Plano de contingência em casos de desastres é o planejamento tático que é elaborado a partir de uma determinada hipótese de desastre com o objetivo de reduzir o impacto desta ocorrência na saúde pública, utilizando a arte de dispor os recursos existentes, sejam eles privados, institucionais, humanos e materiais, previstos e disponíveis no terreno ou cenário do desastre.

2. Objetivos

2.1. Gerais

Propor diretrizes para organização e preparação da Secretaria Municipal de Saúde, no atendimento à população afetada nos desastres naturais.

2.2. Específicos

- Instituir e ativar o Centro de Operações de Emergências em Saúde (COE Saúde) na gestão e coordenação da resposta às emergências em saúde pública;
- Realizar diagnóstico situacional do cenário de desastre;
- Garantir assistência de saúde à população atingida;
- Estabelecer e detalhar a utilização de protocolos e procedimentos comuns, no âmbito da Atenção Integral e Vigilância em Saúde;
- Intensificar intersectorialidade do setor de saúde com as outras secretarias da prefeitura;

3. Caracterização do Município

Dores do Rio Preto é um município brasileiro, localizado na Microrregião do Caparaó que compõe a Macrorregião Sul do Estado do Espírito Santo, de acordo com a Lei Estadual nº 9768, de 2011. Limita-se ao Norte com os municípios de Alto Caparaó (MG) e Ibitirama (ES); a Leste com os municípios de Divino de São Lourenço (ES) e Guaçuí (ES); ao Sul com o município de Porciúncula (RJ); a Oeste com os municípios de Caiana (MG) e Espera Feliz (MG).



Localização de Dorcas do Rio Preto no Espírito Santo.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, sua população atualmente, está estimada em 6.902 habitantes; o município tem uma superfície de 159,298 km², apresentando uma densidade demográfica de 40,16 hab/km² e IDHM de 0,654 (2010).

Sua sede está localizada em uma altitude de 774 m, sendo considerada a sede mais elevada do Estado; alguns pontos do município variam entre 600 e 2200 m de altitude.

O relevo do município varia fortemente ondulado a montanhoso, com solo classificado como Latossolo Amarelo Distrófico.

A vegetação do município é composta por Floresta Estacional Sem decidual. O clima é tropical de altitude, da variação CWB, a temperatura média anual é de 19.2°C, sendo as mínimas médias no mês mais frio (julho) de 9.9°C e as máximas médias do mês mais quente (março) de 28,3°C.

O município está inserido na Bacia Hidrográfica do Rio Itabapoana, sendo seus principais rios o Rio Preto, o Itabapoana e o Caparaó, sendo que 15,28% de sua área está dentro do Parque Nacional do Caparaó, Dorés do Rio Preto é o acesso capixaba oficial ao Parque.

3.1. Identificação do Risco

Em janeiro de 2020 o município de Dorés do Rio Preto – ES, foi atingido fortemente com as chuvas, onde a parte baixa da Cidade foi totalmente alagado e o distrito de Pedra Menina. Na área rural tivemos todas as comunidades afetadas (Sede, Pedra Menina e Mundo Novo), diretamente ou indiretamente.

O município de Dorés do Rio Preto – ES teve sua parte baixa da SEDE totalmente alagada com água a mais de 1,5 metros de altura, tivemos 18 pontes destruídas parcialmente ou totalmente.

Queda de barreiras em mais de 40 pontos, famílias ilhadas devido à queda de barreiras ou de ponte e falta de energia elétrica.

O município de Dorés do Rio Preto – ES apresenta elevado cenário de risco frente a desastres naturais, principalmente relacionados a chuvas intensas, que podem provocar enchentes, inundações e deslizamentos de encostas, além de estiagens que afetam a agricultura familiar. As vulnerabilidades mais relevantes estão

ligadas à presença de moradias em áreas de risco, à fragilidade da rede viária, à dependência econômica da produção agrícola e à limitação de recursos para resposta imediata. As consequências potenciais incluem perdas humanas, danos materiais e ambientais, isolamento de comunidades e prejuízos econômicos e sociais, com necessidade de abrigo emergencial e mobilização de apoio externo. Diante disso, torna-se essencial a implementação de medidas preventivas, como o mapeamento das áreas vulneráveis, campanhas educativas e planos de contingência, a fim de reduzir impactos e fortalecer a capacidade de resposta do município.

4. Resumo dos Estágios Operacionais

Os estágios operacionais em caso de desastres naturais compreendem um conjunto de ações que visam proteger a população, reduzir os impactos sanitários e garantir a continuidade da assistência. Na fase de **prevenção e preparação**, realizam-se o monitoramento epidemiológico, a vigilância ambiental e a elaboração de planos de contingência, incluindo definição de hospitais de referência, estoques estratégicos de medicamentos e treinamentos para equipes multiprofissionais. Quando a iminência do desastre é identificada, a fase de **alerta** é instaurada, com a ativação dos comitês de emergência em saúde, reforço das unidades básicas e hospitalares e mobilização de recursos humanos e logísticos, além da definição de pontos de triagem e abrigos com suporte de saúde.

Durante a fase de **resposta imediata**, correspondente ao momento crítico do desastre, o sistema de saúde atua no atendimento pré-hospitalar e hospitalar de urgência e emergência, na triagem e resgate de vítimas, no fornecimento emergencial de água potável e saneamento básico, bem como na intensificação de ações de vigilância epidemiológica, vacinação e prevenção de surtos de doenças relacionadas ao evento, como leptospirose, hepatite A e diarreias. Nessa fase também são implementadas ações de apoio em saúde mental às populações afetadas.

Na etapa de **assistência humanitária continuada**, voltada ao curto prazo após o desastre, as equipes de saúde mantêm atendimento nos abrigos temporários, distribuem kits de higiene e medicamentos, realizam monitoramento epidemiológico intensificado e priorizam a atenção a gestantes, crianças, idosos e demais grupos vulneráveis. Por fim, a fase de **recuperação e reabilitação** envolve a reconstrução

da rede de saúde danificada, a retomada integral dos serviços de atenção primária, a implementação de programas de apoio psicológico e social de longo prazo e a revisão dos planos de contingência, de modo a fortalecer a capacidade de resposta do sistema de saúde frente a futuros eventos adversos.

5. Atenção Primária em Saúde

A APS é a base da resposta em saúde durante desastres, pois está mais próxima da comunidade, conhece seu território e tem a capacidade de articular prevenção, atendimento imediato, vigilância epidemiológica e apoio na recuperação.

1. Prevenção e Preparação

- Mapear áreas e populações vulneráveis (gestantes, idosos, pessoas com doenças crônicas).
- Desenvolver planos de contingência locais, em articulação com a Defesa Civil e hospitais de referência.
- Realizar ações educativas com a comunidade sobre riscos, higiene, armazenamento de água e prevenção de doenças.
- Garantir estoque de medicamentos essenciais e insumos (hipertensos, diabéticos, asmáticos).

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Atuar como primeiro ponto de assistência, oferecendo acolhimento e triagem rápida.
- Realizar atendimento básico de urgência até a chegada do resgate especializado.
- Prestar apoio em saúde mental (escuta qualificada e acolhimento).
- Encaminhar os casos mais graves para a rede secundária/terciária.

3. Assistência Humanitária Continuada (logo após o evento)

- Instalar postos de atendimento em abrigos temporários.
- Monitorar condições sanitárias (água, alimentos, resíduos).
- Intensificar a vigilância epidemiológica, identificando precocemente surtos (dengue, diarreias, leptospirose).

- Garantir continuidade do tratamento de doenças crônicas para evitar agravamentos.

4. Recuperação e Reabilitação

- Acompanhar sequelas físicas e psicológicas das vítimas.
- Reforçar a atenção domiciliar para pessoas com mobilidade reduzida ou em áreas isoladas.
- Desenvolver programas de saúde mental de médio e longo prazo.
- Avaliar o impacto do desastre e atualizar os planos de prevenção para futuros eventos.

6. Vigilância Sanitária

A Vigilância Sanitária atua antes, durante e depois do desastre, garantindo que água, alimentos, medicamentos e ambientes estejam seguros, prevenindo surtos e doenças, protegendo a saúde da população e reduzindo impactos sanitários de longo prazo.

1. Prevenção e Preparação

- Monitorar a qualidade da água, alimentos e medicamentos em áreas de risco.
- Verificar a regularidade de estabelecimentos que fornecem produtos essenciais (mercados, farmácias, serviços de alimentação).
- Elaborar planos de contingência voltados à segurança sanitária, em parceria com APS e Defesa Civil.
- Capacitar profissionais para inspeção rápida durante emergências.

2. Resposta Imediata

- Inspecionar pontos de distribuição de água, alimentos e medicamentos emergenciais.
- Controlar condições de higiene em abrigos temporários e áreas afetadas.
- Detectar e notificar surtos de doenças relacionadas a água contaminada, alimentos e vetores (ex.: leptospirose, diarreias, dengue).
- Apoiar ações de desinfecção de áreas e controle de resíduos.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Continuar monitorando a qualidade de água e alimentos fornecidos à população.
- Manter fiscalização em estabelecimentos que retomam suas atividades em áreas afetadas.
- Apoiar campanhas de vacinação e prevenção de surtos.
- Registrar e reportar riscos sanitários para os órgãos municipais, estaduais e federais.

4. Recuperação e Reabilitação

- Avaliar o impacto do desastre sobre a saúde pública e riscos sanitários.
- Atualizar planos de segurança alimentar, de água potável e de controle de resíduos.
- Contribuir para políticas de prevenção de futuros desastres, com base nas lições aprendidas

7. Vigilância Epidemiológica

A Vigilância Epidemiológica é crucial para detectar precocemente riscos à saúde, monitorar a evolução de doenças e orientar ações preventivas e corretivas, garantindo que a resposta em saúde pública seja eficiente, coordenada e baseada em evidências

1. Prevenção e Preparação

- Identificar populações mais vulneráveis a doenças (idosos, crianças, gestantes, pessoas com comorbidades).
- Mapear áreas com histórico de surtos ou endemias (dengue, leptospirose, diarreias, hepatite).
- Elaborar planos de contingência epidemiológica, incluindo fluxos de notificação e comunicação de risco.
- Treinar equipes de saúde e agentes comunitários em coleta de dados, notificação e triagem epidemiológica.

2. Alerta e Resposta Imediata

- Monitorar continuamente casos suspeitos e confirmados de doenças relacionadas ao desastre.
- Detectar rapidamente surtos ou epidemias emergentes, possibilitando intervenção precoce.
- Apoiar o planejamento de campanhas emergenciais de vacinação ou controle de vetores.
- Fornecer informações para orientar a distribuição de recursos de saúde e a atuação das equipes de APS.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter vigilância ativa em abrigos e áreas afetadas, monitorando a saúde da população.
- Produzir relatórios e boletins epidemiológicos para tomada de decisão rápida.
- Avaliar a eficácia de medidas preventivas e de controle de surtos implementadas.
- Apoiar ações educativas sobre prevenção de doenças.

4. Recuperação e Reabilitação

- Analisar o impacto do desastre sobre a incidência de doenças.
- Atualizar bancos de dados e informações epidemiológicas para planejamento futuro.
- Implementar programas de controle de doenças e fortalecimento da saúde pública local.
- Contribuir para revisão de protocolos e planos de contingência com base em lições aprendidas.

8. Vigilância Ambiental

A Vigilância Ambiental atua de forma preventiva, corretiva e de monitoramento contínuo, garantindo que fatores ambientais não agravem os efeitos do desastre, prevenindo doenças e contribuindo para a recuperação segura das comunidades afetadas.

1. Prevenção e Preparação

- Monitorar qualidade do ar, solo e água em áreas de risco.
- Identificar áreas propensas a enchentes, deslizamentos e contaminações ambientais.
- Mapear locais de disposição de resíduos e estabelecer planos de contenção.
- Promover ações educativas sobre higiene ambiental e manejo seguro de resíduos.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Avaliar contaminação de água, solo e alimentos devido a enchentes, deslizamentos ou rompimento de barragens.
- Controlar riscos ambientais em abrigos temporários e locais de concentração de população.
- Monitorar vetores e reservatórios de doenças relacionadas ao ambiente (mosquitos, roedores).
- Apoiar medidas de descontaminação de áreas afetadas.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter vigilância de qualidade da água, alimentos e saneamento em áreas afetadas.
- Identificar e corrigir problemas de risco ambiental que possam gerar doenças secundárias.
- Colaborar com APS e Vigilância Epidemiológica na prevenção de surtos relacionados ao meio ambiente.

4. Recuperação e Reabilitação

- Avaliar impactos ambientais decorrentes do desastre sobre a saúde pública.
- Implementar medidas de recuperação ambiental, como tratamento de água, saneamento e destinação adequada de resíduos.
- Atualizar planos de prevenção de riscos ambientais para eventos futuros.
- Apoiar políticas públicas de mitigação de desastres com base em evidências ambientais.

9. Vigilância em Saúde do Trabalhador

A Vigilância em Saúde do Trabalhador garante que profissionais de resgate, saúde e assistência humanitária atuem de forma segura, prevenindo acidentes, doenças ocupacionais e fadiga, além de proteger a continuidade do serviço de resposta durante e após o desastre.

1. Prevenção e Preparação

- Avaliar riscos ocupacionais para profissionais que atuam em áreas de risco (defesa civil, resgate, saúde, limpeza).
- Fornecer treinamento em segurança do trabalho, uso de EPIs (equipamentos de proteção individual) e protocolos de prevenção de acidentes.
- Monitorar saúde de trabalhadores essenciais, garantindo que estejam aptos para atuar em situações de desastre.
- Elaborar planos de contingência com foco na proteção da força de trabalho.

2. Resposta Imediata

- Garantir que equipes de resgate, saúde e assistência humanitária utilizem corretamente EPIs e sigam protocolos de segurança.
- Monitorar exposição a riscos biológicos, químicos e físicos no ambiente afetado (água contaminada, resíduos, estruturas instáveis).
- Registrar e notificar acidentes de trabalho ou doenças ocupacionais relacionadas à operação de resposta ao desastre.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Avaliar condições de trabalho nos abrigos temporários, hospitais de campanha e locais de assistência.
- Implementar medidas para reduzir fadiga, estresse e sobrecarga de profissionais.
- Orientar trabalhadores e voluntários sobre cuidados com a saúde física e mental.

4. Recuperação e Reabilitação

- Acompanhar a saúde física e mental dos trabalhadores após o desastre, identificando sequelas ou doenças relacionadas à exposição durante a resposta.

- Revisar protocolos de segurança ocupacional e planos de contingência para eventos futuros.
- Desenvolver programas de prevenção de acidentes e promoção da saúde no trabalho, incorporando lições aprendidas.

10. Assistência Farmacêutica

A Assistência Farmacêutica garante continuidade do tratamento de doenças, atendimento emergencial e acesso seguro a medicamentos e insumos, prevenindo agravamentos de saúde e apoiando a resposta eficaz do sistema de saúde durante e após desastres naturais.

1. Prevenção e Preparação

- Garantir estoques estratégicos de medicamentos essenciais, incluindo para doenças crônicas (hipertensão, diabetes, asma, etc.).
- Planejar logística de distribuição de medicamentos em casos de emergência.
- Elaborar protocolos de dispensação e rastreabilidade de insumos em situações de desastre.
- Capacitar profissionais da saúde sobre gestão de estoques e dispensação emergencial.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Assegurar disponibilidade imediata de medicamentos e insumos para atendimento de urgência e emergências.
- Distribuir kits de primeiros socorros e medicamentos básicos nos abrigos temporários.
- Apoiar a continuidade de tratamentos essenciais, evitando descontinuidade de terapias crônicas.
- Registrar e monitorar consumo de medicamentos para reposição rápida.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter abastecimento regular de medicamentos e insumos nos abrigos e unidades de saúde afetadas.
- Monitorar validade e qualidade de medicamentos distribuídos.
- Apoiar campanhas emergenciais de vacinação e profilaxia.

- Garantir que pacientes com doenças crônicas recebam acompanhamento contínuo.

4. Recuperação e Reabilitação

- Repor estoques de medicamentos e insumos utilizados durante a emergência.
- Avaliar impacto do desastre sobre a assistência farmacêutica local e planejar ajustes.
- Revisar protocolos de gestão de estoques e logística de distribuição para futuros eventos.
- Implementar estratégias para fortalecimento da assistência farmacêutica em situações de risco.

11. Imunização

A imunização atua como barreira de proteção contra surtos, prevenindo doenças transmissíveis, garantindo continuidade da saúde da população e fortalecendo a resposta do sistema de saúde durante e após desastres naturais.

1. Prevenção e Preparação

- Garantir estoques de vacinas essenciais em unidades de saúde e planos de contingência.
- Identificar populações vulneráveis (crianças, gestantes, idosos, imunocomprometidos).
- Planejar campanhas de vacinação pré-desastre em áreas de risco, visando aumentar a cobertura vacinal.
- Treinar profissionais de saúde sobre vacinação em emergências, logística e controle de temperatura.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Organizar vacinação emergencial em abrigos temporários e áreas afetadas.
- Garantir manutenção da cadeia de frio para vacinas essenciais.
- Priorizar vacinação contra doenças que podem se disseminar rapidamente (tétano, hepatite A, sarampo, gripe).
- Integrar ações de imunização com APS e Vigilância Epidemiológica para monitorar riscos e surtos.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter campanhas de vacinação contínuas em abrigos e unidades de saúde temporárias.
- Monitorar cobertura vacinal e identificar lacunas para prevenir surtos.
- Registrar e rastrear vacinação para garantir completude de esquemas vacinais.
- Orientar a população sobre a importância da vacinação e medidas preventivas.

4. Recuperação e Reabilitação

- Repor vacinas utilizadas durante a emergência e restabelecer a rotina vacinal do município.
- Avaliar o impacto do desastre sobre a cobertura vacinal e implementar estratégias corretivas.
- Atualizar planos de imunização emergencial para eventos futuros.
- Integrar dados da imunização com Vigilância Epidemiológica para planejamento de prevenção de surtos.

12. Gestão de Riscos

A Gestão de Riscos atua como guia estratégico e coordenador das ações em saúde pública, garantindo que todos os setores (APS, Vigilâncias, Assistência Farmacêutica, Imunização) atuem de forma integrada, eficiente e baseada em dados, minimizando os impactos dos desastres naturais sobre a população e os serviços de saúde.

1. Prevenção e Preparação

- Identificar, mapear e avaliar riscos à saúde da população (geográficos, ambientais, epidemiológicos).
- Elaborar planos de contingência e protocolos de atuação para diferentes cenários de desastre.
- Garantir articulação entre APS, Vigilâncias, Assistência Farmacêutica, Imunização e Defesa Civil.
- Capacitar equipes de saúde e gestores municipais para atuação em situações de risco.
- Desenvolver campanhas educativas e comunicação de risco para a população.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Coordenar a atuação de serviços de saúde, assegurando priorização e eficiência nas ações.
- Garantir logística adequada de recursos humanos, insumos, medicamentos e vacinas.
- Monitorar continuamente a evolução do desastre e ajustar estratégias conforme necessidade.
- Apoiar a tomada de decisão baseada em informações em tempo real (dados epidemiológicos, ambientais e sanitários).

3. Assistência Humanitária Continuada

- Integrar ações de APS, Vigilâncias, Imunização e Assistência Farmacêutica para manter atendimento à população afetada.
- Avaliar impactos de curto prazo sobre a saúde e propor medidas preventivas e corretivas.
- Monitorar vulnerabilidades sociais e de saúde que possam agravar os efeitos do desastre.

4. Recuperação e Reabilitação

- Avaliar impactos do desastre sobre a saúde pública e a capacidade do sistema de saúde.
- Atualizar planos de gestão de risco com base nas lições aprendidas.
- Fortalecer a capacidade de resposta do município a futuros desastres naturais.
- Promover estratégias de redução de vulnerabilidades e prevenção de riscos futuros.

13. Assistência Social

A Assistência Social atua como rede de proteção e suporte às populações vulneráveis, garantindo necessidades básicas, proteção de direitos e recuperação social, promovendo resiliência das famílias e comunidades após desastres naturais.

1. Prevenção e Preparação

- Mapear famílias e indivíduos em situação de vulnerabilidade social.

- Elaborar planos de contingência social integrados com saúde, defesa civil e educação.
- Capacitar equipes de assistência social e voluntários para atuação em situações de desastre.
- Promover campanhas educativas sobre prevenção de riscos e direitos sociais em áreas de risco.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Garantir acolhimento em abrigos temporários para famílias afetadas.
- Atender às necessidades básicas: alimentação, água, higiene, vestuário e abrigo.
- Apoiar a proteção de crianças, idosos, pessoas com deficiência e outros grupos vulneráveis.
- Articular com saúde, segurança e voluntariado para atendimento integral da população afetada.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter acompanhamento das famílias nos abrigos temporários.
- Garantir **acesso a benefícios sociais emergenciais**, como auxílios e serviços de proteção.
- Apoiar a organização comunitária e redes de solidariedade.
- Promover atendimento psicológico e social às vítimas e familiares.

4. Recuperação e Reabilitação

- Apoiar a reintegração das famílias afetadas às suas casas ou a moradias seguras.
- Implementar programas de reconstrução de vínculos comunitários e proteção social.
- Monitorar condições socioeconômicas para planejar políticas de redução de vulnerabilidades futuras.
- Atualizar planos de contingência e protocolos de assistência social com base nas lições aprendidas.

14. Saúde Mental

A Saúde Mental garante acolhimento, prevenção, tratamento e promoção do bem-estar emocional e psicológico, fortalecendo a resiliência individual e comunitária e apoiando a recuperação integral da população afetada por desastres naturais.

1. Prevenção e Preparação

- Capacitar equipes de saúde e voluntários para identificação precoce de sinais de sofrimento psicológico.
- Desenvolver protocolos de atendimento psicológico em situações de emergência.
- Realizar campanhas educativas sobre enfrentamento de estresse, ansiedade e prevenção de traumas.
- Mapear grupos vulneráveis com maior risco de impactos psicológicos (crianças, idosos, pessoas com transtornos mentais pré-existent).

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Oferecer acolhimento psicológico imediato em abrigos e unidades de saúde temporárias.
- Identificar pessoas em situação de risco emocional ou comportamental e encaminhar para atendimento especializado.
- Apoiar equipes de resgate e profissionais da saúde na gestão de estresse ocupacional.
- Integrar ações com APS e Assistência Social para atendimento integral da população.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter suporte psicológico em abrigos e serviços de saúde afetados.
- Promover intervenções de grupo ou individuais para reduzir impacto do trauma e fortalecer resiliência.
- Apoiar familiares e comunidades na reconstrução de vínculos sociais e afetivos.
- Monitorar sinais de depressão, ansiedade, estresse pós-traumático e outras condições emergentes.

4. Recuperação e Reabilitação

- Desenvolver programas de acompanhamento psicológico de médio e longo prazo.
- Integrar saúde mental com APS, Vigilâncias e Assistência Social para promoção do bem-estar contínuo.
- Avaliar impactos emocionais e sociais do desastre, ajustando políticas e protocolos.
- Fortalecer estratégias comunitárias de prevenção e promoção da saúde mental para futuros desastres.

15. Transporte sanitário

O transporte sanitário garante **acesso, continuidade do cuidado e resposta rápida** durante desastres, sendo indispensável para salvar vidas, assegurar assistência a pacientes vulneráveis e apoiar a logística do sistema de saúde.

1. Prevenção e Preparação

- Mapear rotas seguras e acessíveis em áreas de risco.
- Manter **frota de veículos revisada e equipada** (ambulâncias, vans adaptadas, barcos em áreas alagadas etc.).
- Elaborar planos logísticos integrados com Defesa Civil e gestão de riscos.
- Treinar motoristas e equipes de apoio em protocolos de evacuação e transporte de emergência.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Realizar **remoção de vítimas de áreas de risco** e transporte a hospitais, UPAs ou abrigos com suporte médico.
- Garantir transporte de **pacientes crônicos** (hemodiálise, gestantes de risco, acamados).
- Apoiar a logística de deslocamento de **equipes de saúde, medicamentos, vacinas e insumos**.
- Atuar de forma integrada ao **SAMU e Corpo de Bombeiros** para resgates e evacuações emergenciais.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Manter transporte regular de pacientes em tratamento contínuo.
- Garantir mobilidade entre abrigos, unidades de saúde temporárias e hospitais.
- Apoiar ações de vigilância epidemiológica e imunização em áreas isoladas.
- Auxiliar na distribuição de insumos de saúde para comunidades atingidas.

4. Recuperação e Reabilitação

- Normalizar gradualmente a rede de transporte de pacientes.
- Reavaliar rotas, frota e logística de deslocamento para fortalecer a preparação futura.
- Incluir lições aprendidas nos planos municipais de transporte em emergências.
- Fortalecer a integração do transporte sanitário ao planejamento de desastres.

16. Participação da Sociedade Civil

A participação da sociedade civil promove acolhimento, solidariedade, apoio logístico e vigilância social, fortalecendo a resiliência comunitária, garantindo que as respostas aos desastres sejam mais rápidas, eficientes e alinhadas às necessidades da população.

1. Prevenção e Preparação

- Mobilizar a comunidade para identificação de riscos locais e áreas vulneráveis.
- Participar de treinamentos, simulações e campanhas educativas sobre prevenção e proteção.
- Colaborar com órgãos públicos na elaboração de planos comunitários de contingência.
- Estimular a formação de grupos de voluntariado e comitês comunitários de defesa civil.

2. Resposta Imediata (durante o desastre)

- Apoiar na alerta e evacuação da população em áreas de risco.
- Atuar em acolhimento e apoio nos abrigos temporários, distribuindo alimentos, água, cobertores e kits de higiene.
- Auxiliar na triagem inicial de vítimas, encaminhamento e comunicação com serviços de saúde e defesa civil.

- Contribuir com informações sobre necessidades emergenciais da comunidade para órgãos públicos.

3. Assistência Humanitária Continuada

- Participar na organização e gestão de abrigos temporários e serviços comunitários.
- Apoiar na distribuição de alimentos, medicamentos e insumos básicos.
- Colaborar com profissionais de saúde e assistência social em atividades de apoio psicossocial e reintegração comunitária.
- Engajar-se em campanhas de prevenção de doenças e promoção da saúde.

4. Recuperação e Reabilitação

- Contribuir para a reconstrução comunitária, recuperação de espaços públicos e moradias.
- Apoiar projetos de fortalecimento social e resiliência comunitária.
- Participar de avaliações pós-desastre, fornecendo feedback sobre ações de resposta e necessidades futuras.
- Fortalecer redes locais de solidariedade e voluntariado para reduzir vulnerabilidades futuras.

ANEXOS

Referências Técnicas

Secretaria Municipal de Saúde

Nome	Área técnica	Contato
Natália Vilas Boas de Oliveira	Secretária Municipal de Saúde	(28) 98811 - 9204
Liana Bastos Marinho	Coordenadora de Epidemiologia	(28) 99964 - 5751
Manoel José Moreira Ornelas	Transporte Sanitário	(28) 99988 - 5678
Amanda Chambela Oliveira	Chefe de Divisão de Vigilância Sanitária	(28) 99933 - 3858
Graziano Moreira Ornelas	Referência Técnica Municipal VIGIDESASTRE	(28) 99901 - 2711
Livia Vargas de Azevedo Moreti	Coordenador da Atenção Primária	(28) 99991 - 6560
Jaimara Borges Rúbio	Assistente Social	(28) 99901 - 7128

Estratégia Saúde da Família Sede

Nome	Área técnica	Contato
Paulo Henrique Rocha Salvador	Enfermeiro	(28) 99949 - 3108
Sara Alves da Silva	Assistente Social - Saúde Mental	(32) 99870 - 5599
Silvana da Costa de Oliveira	Psicólogo - Saúde Mental	(28) 99937 - 2282

Estratégia Saúde da Família Mundo Novo

Nome	Área técnica	Contato
Izabella Zini Teixeira	Enfermeira	(28) 99984 - 0251
Camila Lucia Almeida de Paula de Souza	Farmacêutico	(28) 99902 - 1115

Estratégia Saúde da Família Pedra Menina

Nome	Área técnica	Contato
Camila de Sales Brinati Pirovani	Enfermeira	(28) 99981 - 4214
Francisnaria de Oliveira	Farmacêutico	(28) 99938 - 7631

Policlínica Municipal

Nome	Área técnica	Contato
Eliene Alves Pio dos Santos	Coordenador de Atenção Especializada	(32) 98437 - 9263
Flavia Doyle Maia Tulio Moreira	Farmacêutico	(32) 99836 - 5171
Renata de Souza Braga	Auxiliar de Farmácia	(32) 98401 - 9096

Outros Departamentos Envolvidos

Nome	Área técnica	Contato
Thiago Lopes Pessotti	Prefeito Municipal	(28) 99948 - 1945
Dickson Rodrigues Loureiro	Defesa Civil	(28) 99924 - 2843
Maria Izabel de Souza	Secretário Municipal de Assistência Social	(28) 99981 - 8601
Ailson José Silva	Secretário Municipal de Obras e Saneamento	(28) 99910 - 5898
Alessandro Brinati	Secretário Municipal de Meio Ambiente	(32) 98482 - 2617
Esther Simões Oliveira Silva	Secretaria Municipal de Educação	(28) 99983 - 2605
Gilmar Trindade da Silva	Secretaria Municipal de Agricultura	(28) 99952 - 6239